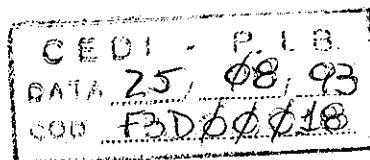


Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



BRASÍLIA, 28.04.1993

DA: Equipe de educação escolar indígena/FUNAI/Goiás/Tocantins

AO: Departamento de Educação

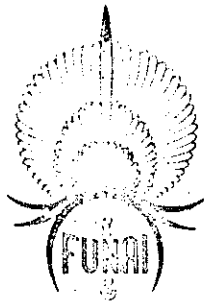
A prática indigenista nesta Instituição construiu um conhecimento cujos fundamentos são os direitos dos povos indígenas impostos por decisões de difícil aceitação e consolidação num Estado como o brasileiro que ainda não definiu como vai tratar essas etnias.

Partindo do princípio de que cada um de nós tem responsabilidades pessoais dentro do campo profissional, nós, educadoras da FUNAI, encaminhamos nosso trabalho a partir das referências da Instituição - o que não falta à educação escolar indígena é fundamento teórico e legal - e do compromisso político com as comunidades indígenas com que convivemos.

Essas observações vêm oportunizadas pela necessidade de afirmar uma prática que o contexto criado pelo Decreto 26, de 04.02.91, vem agora colocar em dúvida.

Por ter respeito a nossa trajetória profissional no campo da educação escolar indígena dentro da FUNAI, não aceitamos o não-reconhecimento de nosso trabalho.

Não dependemos para isso nos tornar membros do meio acadêmico. A inserção da UFG nesse espaço de atividades ocorre num momento de descentralização da responsabilidade pela ação indigenista a outros setores do Estado brasileiro e não prescinde da experiência acumulada pela FUNAI, até para que não se repitam erros tão facilmente expostos pelos novos parceiros nesse campo de atuação.



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

2

Para que a desinformação não seja causa de avaliações incorretas e indevidas; para que fique evidenciada a continuidade de um processo situado no tempo e no espaço; para que possamos realmente assumir um trabalho interinstitucional em que cada um contribua com sua especificidade e experiência, que remos divulgar os seguintes documentos:

- Política e Programa de Ação do Serviço de Educação/FUNAI/91
- Retrospectiva da atuação da FUNAI na formação de professores índios com vistas à implantação do ensino bilíngüe nas Escolas Indígenas do Tocantins.

Na oportunidade, solicitamos que o presente documento chegue ao Comitê para a Educação Escolar Indígena/MEC.

*Susana M. Grillo Guimarães*

SUSANA M. GRILLO GUIMARÃES/ADR GURUPI

*Neza Harue Yamataka*

NEZA HARUE YAMANAKA/ADR GOIÂNIA

*Maria do Socorro Silva do Vale*

MARIA DO SOCORRO SILVA DO VALE/ADR  
GOIÂNIA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

6ª SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA REGIONAL

POLÍTICA E PROGRAMA DE AÇÃO  
DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO

Goiânia, março de 1991

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO ..... 02

A POLÍTICA EDUCACIONAL DA FUNAI ..... 03

PLANO DE AÇÃO ..... 04

- 1. Capacitação de recursos humanos ..... 04
- 2. Produção de material didático específico ..... 04
- 3. Estudos e pesquisas ..... 05
- 4. Currículos e programas ..... 05
- 5. Implantação da 2ª fase do 1º grau ..... 08
- 6. Bolsa de estudos ..... 09
- 7. Infra-estrutura ..... 09

PROGRAMA DE TRABALHO - 1991 ..... 10

OBSERVAÇÕES ..... 15

### INTRODUÇÃO

Estamos numa trajetória de reversão de postura educacional mediante a adoção do ensino bilingüe, intercultural, cuja perspectiva é, de um lado, preservar a cultura indígena e, de outro, abrir ao índio novos horizontes com o desvendamento dos códigos de comunicação da língua portuguesa e com o acesso a outros conhecimentos.

As ações aqui traçadas têm por finalidade facilitar a prática cotidiana do educador através do estabelecimento de normas e estratégias de trabalho. Visam também aproximar a escola - por meio de seus procedimentos técnicos, pedagógicos e administrativos - do contexto cultural em que o aluno está inserido, levando em consideração o seu saber e conhecimento historicamente acumulados, buscando o respeito e a valorização da criança índia e de sua identidade étnica enquanto elemento diferenciado da sociedade maior.

## POLÍTICA EDUCACIONAL DA FUNAI

O direito a uma educação específica pelos povos indígenas está expresso no capítulo III, artigos 210 e 215 da Constituição:

"O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem."

"O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional."

Pretende-se, com essa educação, não somente ensinar ao índio a ler e a escrever, mas situá-lo dentro de um contexto maior, no qual a preservação de sua cultura e o preparo necessário à convivência com a sociedade envolvente se tornam a essência da questão.

Considerando as especificidades de cada grupo indígena, sua educação deverá ser também tratada de forma diferenciada, de modo que esteja situada dentro de seu contexto histórico-cultural. Currículo, programas, calendário escolar e material didático são concebidos como reflexo das necessidades e interesses de cada comunidade indígena e do nível de contato com os não-índios.

A escola deve ser o espaço, por excelência, voltado a estimular as potencialidades dos índios, valorizar sua língua, seus usos, costumes, festas e tradições e a ajuda mútua, trabalhando seu espírito crítico e a criatividade.

A proposta de educação escolar deve contemplar o ensino tradicional do grupo e o ensino do sistema educacional da sociedade envolvente, de forma a ser incorporada em sua formulação apropriada à realidade indígena. Deve-se considerar o espaço físico da aldeia como espaço de promoção das atividades culturais e, assim, serem incentivadas pela escola.

É fundamental que a educação escolar conduza à valorização, à recuperação, à preservação, ao reconhecimento e fortalecimento da cultura, história, identidade étnica e lin

gua de cada povo.

A mobilização e a participação da comunidade indígena no processo educativo é condição inerente e precípua do mesmo. O índio, assim, passa a ser sujeito e autor desse processo.

A política educacional aqui traçada favorece o envolvimento dos vários segmentos da sociedade nacional com promettidos com a questão, bem como o de órgãos responsáveis pela educação brasileira de forma a maximizar os esforços empreendidos.

Especial atenção deverá ser dada à capacitação dos professores índios e não-índios, no sentido de proporcionar-lhes instrumental técnico adequado para o eficiente desempenho de suas atividades profissionais nas escolas indígenas.

Concluindo, além de cumprir os preceitos legais norteadores da política indigenista brasileira, pretende-se preservar e fortalecer o índio, de modo que sua interação com a comunidade nacional aconteça de forma condigna e igualitária.

#### PLANO DE AÇÃO

Para a implantação dessa política as atividades educacionais são desenvolvidas em concomitância com a execução das seguintes etapas:

##### 1 - Capacitação de recursos humanos

Compreende a realização de cursos de capacitação e de reciclagem para o corpo docente através de:

- encontros, cursos, reciclagens, seminários, com a participação de especialistas, professores índios e não-índios devidamente capacitados e instrumentalizados;
- material histórico-informativo sobre os grupos indígenas e a sociedade envolvente;
- material sobre educação e áreas afins;
- material contendo sugestões de práticas didáticas em sala de aula;
- curso interdisciplinar a longa distância, visando em especial o aperfeiçoamento do professor índio;
- incentivo à participação dos educadores nos encontros promovidos por outras instituições educacionais.

##### 2 - Produção de material didático específico

Com essa etapa instala-se o processo de produção e adoção do material de referência da ação educativa.

A produção consiste em três fases: concepção e elaboração do material, seguidas da publicação. As duas primeiras fases ocorrem:

- na coleta de textos, histórias, lendas, contos e dados sobre a história de cada grupo feita por elementos da comunidade e todas as pessoas envolvidas com a questão;
- nos trabalhos em sala de aula;
- nas pesquisas sobre os grupos indígenas, abordando problemáticas como a demarcação de terra e a relação de contato com o não-índio, aspectos geográficos e históricos da reserva, atividades produtivas, processo de ensino-aprendizagem, etc.

Os livros de etnociências serão produzidos com a assessoria de especialistas em cada assunto.

### 3 - Estudos e Pesquisas

Pretende-se, junto com os demais segmentos setoriais da sociedade, estudar e promover pesquisas nas áreas de lingüística, alfabetização, conteúdos educativos e outros, como forma de buscar linhas de ação que venham efetivamente contribuir para o fortalecimento da cultura indígena.

### 4 - Currículos e Programas

Cada escola deve ter seu currículo específico, de acordo com o contexto cultural em que se encontra um do grupo indígena, mas, ao mesmo tempo, deve garantir aos alunos acesso, em igualdade de condições, ao sistema formal de educação da sociedade envolvente. Esta igualdade, resguardadas as especificidades, requer uma capacitação equivalente àquela do sistema regular, pois, do contrário, o estudante índio continuará em situação de desvantagem e marginalização frente aos não-índios.

O currículo deve abranger:

a) Justificativa - Na justificativa, identifica-se e analisa-se a necessidade da escola dentro do processo histórico vivido por determinado grupo a partir do contato com a sociedade envolvente. A vontade de escola por parte da maioria das comunidades indígenas expressa claramente a intenção de que ela sirva como instrumental na busca de soluções para os problemas advindos do contato.

b) Objetivos - Não só contemplam as necessidades emergenciais advindas do contato, mas também a interação e o desenvolvimento dos grupos indígenas dentro da sociedade majoritária; levando em conta o problema de duas ou mais culturas



distintas que se interrelacionam, processo em que não deve haver dominação de uma sobre a outra, mas um enriquecimento mútuo. Por outro lado, enfatizam a perspectiva de resgate dos conhecimentos étnicos para, a partir deles, introduzir o conhecimento institucional, respeitando as formas de transmissão oral e do saber/ fazer próprios de cada povo. Ao mesmo tempo, possibilitam ao aluno índio não só uma reflexão sobre sua identidade, como sobre sua capacitação como agente fortalecedor e transformador do processo cultural dinâmico de sua própria sociedade em relação com a sociedade envolvente.

c) Tópicos do Programa Curricular:

**Línguas:** A escola deve tomar por base as realidades sócio-lingüísticas de cada comunidade e programar o seu trabalho lingüístico a partir das diferentes situações:

- grupos indígenas monolíngües em língua indígena;
- grupos indígenas em português;
- grupos indígenas bilingües - em língua indígena e em português.

**Matemática:** O papel desempenhado pela matemática se aproxima daquele desempenhado pela alfabetização: ou seja, o de tornar possível a compreensão de certos aspectos, sobretudo os quantitativos e geométricos, da realidade física e social e dos processos lógicos subjacentes a essa compreensão. Uma segunda etapa destes estudos visa desenvolver um bom desempenho dos alunos na resolução dos problemas ligados às necessidades reais da comunidade, através do uso de estratégia da modelagem matemática (isto é, cria-se um modelo matemático para a resolução de um problema ligado à realidade sócio-econômica, por meio de técnicas ou estratégias matemáticas na busca de soluções).

**Ciências:** O estudo das ciências busca introduzir o conhecimento científico das sociedades não-indígenas através de um procedimento comparativo entre esse conhecimento e os conhecimentos indígenas (etnoconhecimentos), visando resgatar e revalorizar seus sistemas classificatórios de análise da natureza, além de instrumentalizar as sociedades indígenas para a maior compreensão e controle das situações de contato.

**História:** O ensino da História visa resgatar dentro do grupo a sua própria História, desde as origens mitológicas, contextualizando o momento histórico e a trajetória

do contato; visa apresentar a História do Brasil e da América Latina sob a ótica dos povos indígenas e não a partir do ponto de vista do dominador; busca desenvolver uma visão crítica do momento atual da História brasileira.

**Geografia:** O estudo da Geografia visa:

- Estabelecer uma íntima relação entre o espaço geográfico e o espaço histórico-mitológico.
- Enfocar a terra como patrimônio também cultural e não meramente econômico.
- Resgatar o conhecimento geográfico do território indígena, bem como o conhecimento astronômico tradicional, comparando-o com o conhecimento da sociedade envolvente.

**Educação Artística:** Entendida como expressão artística, deve permear todas as atividades escolares nos diversos campos de conhecimento do currículo. Através dessas atividades de caráter lúdico-criativo o aluno realiza, a nível cognitivo/afetivo, a síntese entre a emoção, a imaginação e a inteligência, recriando artisticamente em linguagens diversas, as informações recebidas, especialmente no nível verbal. É conhecido o papel das linguagens plásticas, gráfico-visuais na cultura indígena, sendo função da escola a dinamização desta linguagem que, como a cerâmica, a tecelagem, as pinturas corporais, está ameaçada de desaparecimento junto a outros aspectos da cultura indígena.

**Educação Física:** É sabido que a criança indígena realiza inúmeras atividades diárias que lhe proporcionam o desenvolvimento corporal e a socialização: natação, corridas, pescarias, exercícios com remo, brincadeiras, etc.. Por isso (é preferível que não haja uma disciplina formalizada de Educação Física dentro do espaço escolar.

d) Metodologia e estratégias pedagógicas:

A escola indígena, entendida como espaço de encontro e instrumento de mediação entre duas culturas, terá sua metodologia voltada para esta interação e deve contemplar os saberes indígenas; importa fazer uma ponte entre estes dois mundos, mantendo-se o conteúdo e o valor das culturas indígenas acrescidas dos conhecimentos e instrumentos necessários para desenvolver com êxito suas relações com a sociedade nacional. A escola é o local privilegiado para reverterem os conhecimentos institucionais às distintas comunidades, com vistas à dinamização de sua cultura e à solução dos problemas a partir de novas

estratégias. (A título de ilustração: a partir de um problema específico vivido pela comunidade como um novo plantio, a escola pode trabalhar: área, modo e tempo de plantio e de colheita, estimativa e repartição da colheita, processos ecológicos de combate às pragas...). A estratégia de se trabalhar em conteúdos de diversas áreas de conhecimento num tema gerador é coerente com as expectativas e a função da escola nas sociedades indígenas.

e) Calendário escolar:

O currículo, na medida em que tomar, por base a cultura do grupo, terá no calendário escolar as expressões do tempo e ritmo das atividades produtivas e rituais daquela comunidade. Assim, períodos de plantio, colheita, festas cerimoniais deverão ser respeitados pelo calendário escolar, que será definido por cada comunidade e adaptado às diferenças culturais indígenas, garantindo-se também, por outro lado, o mínimo de horas-aula para o ensino/aprendizagem daqueles conteúdos estabelecidos pelo currículo.

f) Avaliação:

Na perspectiva de uma nova proposta curricular para as escolas indígenas, as avaliações não serão somativas, restringidas aos conteúdos específicos e a dados momentos da história daquele aluno, e sim feitas de forma contínua, durante todo o processo de ensino/aprendizagem. Avaliam-se não só os alunos, mas também a ação do professor, a qualidade do currículo e dos materiais didáticos, a metodologia e as condições extra-escolares que influenciam a aprendizagem.

5 - Implantação da 2ª fase do 1º grau

Para evitar a evasão de jovens concluintes da 4ª série para centros urbanos e as conseqüências advindas da convivência nas cidades, em detrimento da formação cultural que normalmente recebem nessa faixa etária, as comunidades indígenas vêm reivindicando a criação de "centros educacionais" localizados em aldeias dotadas de infra-estrutura e recursos humanos para comportar classes de 5ª a 8ª séries.

Estes "centros educacionais" acolheriam a clientela estudantil de todas as aldeias de um mesmo grupo indígena, com alojamento para os procedentes de locais mais distantes, e funcionariam em sistema de auto-manutenção, com roças, hortas e outras atividades produtivas gerenciadas pelos próprios alunos.

A administração dos "centros" ficaria a cargo de um conselho de educação constituído por elementos das comunidades, educadores, agrónomos, técnicos agrícolas e chefes de posto.

As normas de funcionamento dos "centros" serão definidas pelo conselho.

6 - Bolsa de estudos

Aos alunos que pretenderem e demonstrarem condições para o prosseguimento dos seus estudos são concedidas, dentro de critérios estabelecidos, em Portaria, bolsas de estudos para cobrir despesas com uniforme, material didático, material escolar, transporte, alojamento e anuidade, quando se tratar de estabelecimento

Serão preferencialmente contemplados pela bolsa de estudos aqueles que optarem por cursos profissionalizantes nas áreas de agricultura, educação, saúde ou outro que venha a reverter em benefício da comunidade.

O 1º grau deverá ser feito, preferencialmente, na aldeia ou escola mais próxima, visando não afastar o aluno do convívio familiar.

7 - Infra-estrutura

Refere-se à construção de novas escolas, reforma ou ampliação daquelas já existentes, assim como construção da casa do professor para sua instalação na aldeia ou PIN. As construções procurarão seguir os padrões de construções vigentes e, principalmente, com o concurso do trabalho da comunidade através de mutirões conforme for o costume local.

## PROGRAMA DE TRABALHO - 1.991

## JANEIRO / 91

- \* 6ª SUER : 5ª Lição do Curso de Português a Longa Distância .
- \* 6ª SUER E ADR's : Pesquisas para subsidiar a elaboração de Currículo (História dos grupos indígenas)
- \* Professores : Programas e Calendários

## FEVEREIRO / 91

- \* 6ª SUER E ADR's : Apostilas de leitura in formativa e sugestões de atividades em sala de aula
- \* 6ª SUER E ADR GURUPI :
  - Viagem de apoio aos trabalhos educacionais da ADR Gurupi ( elaboração de programa de trabalho para 1991, com definição das etapas e os responsáveis por cada uma delas)
  - Contato com a Secretaria de Educação da Prefeitura de Tocantínia visando ações articuladas na área Xerente

## MARÇO / 91

- \* 6ª SUER :
  - 6ª Lição do Curso de Português a Longa Distância
  - Funcionamento da Biblioteca Raerykre, com remessa, para as ADR's, de livros acompanhados de sugestões de atividades em sala de aula e pesquisas
- \* Docentes Karajá : Coleta de textos junto à comunidade

ABRIL / 91

\* IV Encontro de Educação Indígena na área Xerente

Local : PIN Xerente

Programa:

- Análise e discussão do material pesquisado para o currículo
- Alfabetização : prática de ensino e produção de material didático
- Linguística indígena
- Avaliação do curso de português

\* Professores Xerente :

- Curso de língua Xerente

\* Docentes da ADR Gurupi : Coleta de textos produzidos pelos alunos, professores e comunidade e remessa para 6ª SUER

MAIO / 91

\* II Encontro de Educação Indígena na área Javaé

Local : PIN Canoanã

Programa :

- idem Encontro na área Xerente

\* 6ª SUER : 7ª Lição do Curso de Português a Longa Distância

- Remessa de livros da Biblioteca Raerykre com sugestões de atividades

\* 6ª SUER E ADR GURUPI :

- Avaliação dos textos recebidos das escolas e devolução com sugestões

\* Docentes da ADR Araguaia : Redação final sobre a história atual dos Kaia

AGOSTO / 91

\* II Encontro de Educação Indígena da ADR de Governador Valadares

Local : Governador Valadares

Programa :

- A ser apresentado pela programadora da ADR

\* 6ª SUER E ADR ARAGUAÍNA :

- Viagem de apoio às áreas Krahô e Apinajé (elaboração de programa de trabalho para o 2º semestre/91, definição de etapas e os responsáveis por cada uma delas)

\* 6ª SUER : 8ª Lição do Curso de Português a Longa Distância

- Devolução do material recebido das escolas da ADR Gurupi e ADR Araguaia, com sugestões

- Remessa de livros da Biblioteca Raerykre com sugestões de atividades

- Remessa de material de leitura informativa

SETEMBRO / 91

\* II Encontro de Educação Indígena da ADR de Eunápolis

Local : Eunápolis

Programa : A ser apresentado pela programadora da ADR

\* 6ª SUER E ADR'S :

- Apostilas de leitura informativa e sugestões de atividades em sala de aula

\* Docentes Xerente e Javaá : Remessa do material produzido para 6ª SUER

\* Docentes Xerente : Curso de língua Xerente

\* 6ª SUER E ADR GURUPI :

- Viagem de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nas áreas Xerente e Javaé

\* Docentes Karajá : Remessa do material produzido para a 6ª SUER

OUTUBRO / 91

\* 6ª SUER : 9ª Lição do Curso de Português a Longa Distância

- Remessa de livros da Biblioteca Raerykre com sugestões de atividades

- Devolução do material recebido das escolas Xerente e Javaé com sugestões

- Viagem de acompanhamento aos trabalhos desenvolvidos nas áreas Krahô e Apinajé.

- Organização e avaliação das pesquisas e material didático Karajá

NOVEMBRO / 91

\* 6ª SUER :

- Programação/92 (Projetos CPA): avaliação, organização e encaminhamento dos projetos

DEZEMBRO / 91

\* 6ª SUER :

- Relatório anual

- 10ª Lição do curso de Português a Longa Distância



OBSERVAÇÕES :

1. Este programa trata apenas das linhas básicas fundamentais para melhoria da qualidade do ensino, historicamente tão deteriorado. Dessa forma, não foram arroladas as seguintes atividades rotineiramente conduzidas:

- apoio ao estudante bolsista
- infra-estrutura das escolas
- contatos com outras instituições visando a cooperação nas construções e reforma dos prédios escolares, fornecimento de material e merenda escolar, contratação de recursos humanos etc.
- aulas, relatórios, serviços burocráticos.

2. As atividades a serem desenvolvidas nos anos subseqüentes a 1991 serão programadas de acordo com os resultados obtidos no período aqui tratado.

3. A ADR do Xingu conta com um programa de Educação próprio, elaborado pela Fundação Mata Virgem, motivo pelo qual não foi incluída em nossas atividades.

4. Os docentes Karajá receberão, semanalmente, aulas de língua Karajá.

EQUIPE COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

6ª SUER

- Maria do Socorro Silva do Vale
- Maria Gonçalves Boaventura
- Neusa Harue Yamanaka

ADR ARAGUAIA

- Veralúcia Régis Bogéa

ADR ARAGUAINA

- Maria da Graça Vieira Silva Araújo

ADR GURUPI

- Susana M. Grillo Guimarães

ADR EURÁPOLIS

- Nadir do Sacramento Vencimento

ADR GOVERNADOR VALADARES

**RETROSPECTIVA DA ATUAÇÃO DA FUNAI NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ÍNDIOS COM VISTAS À IMPLANTAÇÃO DO ENSINO BILÍNGUE NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS**

Desde 1987, os trabalhos do Serviço de Educação da FUNAI/Goiânia têm sido orientados por uma política educacional preocupada com a preservação e o fortalecimento da cultura e ideologia dos grupos indígenas. Reconhecendo a língua como veículo mais eficiente na transmissão da cultura, essa política tem como um dos seus principais objetivos a adoção do ensino bilíngue nas escolas indígenas.

Para alcançar esta meta, canalizamos a maior parte dos recursos destinados à Educação no desenvolvimento do programa de capacitação de recursos humanos, uma vez que a adoção do ensino bilíngue calcados nos princípios acima citados não poderia acontecer sem uma mudança radical no sistema educacional até então vigente.

Tal mudança recai principalmente na postura do educador frente ao seu compromisso para com a comunidade, demandando um preparo para a adoção de metodologias e a elaboração de material didático condizentes com os objetivos do programa.

Assim, promovemos no período de agosto/87 a julho/91, 18 cursos para os professores índios e não índios das áreas Xerente, Karajá, Apinajé e Krahô, conforme discriminação abaixo:

1. 20/08 a 25/08/87 - I Encontro de Professores índios e não índios da ADR Araguaia  
local: São Félix do Araguaia  
Programa:
  - Contribuição da Antropologia para a Educação;
  - Compromisso da escola com a comunidade;
  - Função do monitor bilíngue e do professor;
  - Orientações didáticas sobre o período preparatório e alfabetização;
  - Material pedagógico e didático usado nas escolas indígenas;
  - Planejamento.
  
2. 30/08 a 04/09/87 - I Encontro de Professores índios e não índios da ADR Araguaia

local: Araguaína

Programa:

- Educação Indígena (currículo oficial e realidade indígena);
- Importância do monitor bilíngue nas escolas indígenas; o trabalho do professor;
- Alfabetização (o período preparatório; processo de alfabetização).

3. 16/11 a 27/11/87 - Curso para Auxiliares de Ensino e Monitores Bilíngues da Área Xerente

local: PIN Xerente

Programa:

- Organização Social;
- Educação Indígena e escolarização;
- Princípios de aprendizagem;
- Compromisso da escola com a comunidade indígena;
- Alfabetização e linguística;
- Ensino Bilíngue.

4. 23/05 a 27/05/88 - I Encontro de Técnicos da área de Educação

local: Goiânia

Programa:

- Educação Bilíngue;
- Alfabetização;
- Currículos e Programas.

5. 13/06 a 24/06/88 - II Encontro de Educação Indígena da área Xerente

local: PIN Xerente

Programa:

- Alfabetização (como e por que alfabetizar a partir de textos)
- Português oral;
- Aspectos da gramática Xerente;
- Transição;
- Estudos Sociais (história do Brasil, os grupos indígenas do Brasil, o povo Akwê, o índio e a Constituição);
- Ciências (higiene, alimentação, plantas, animais, meio ambiente, artesanato);
- Matemática (sistemas de numeração decimal e Xerente, operações).

6. 07/07 a 18/07/88 - Reciclagem para Professores e Monitores Bilíngues da área Karajá

local: São Félix do Araguaia

Programa:

- Linguagem (concepções de linguagem, língua, fala e escrita; metodologias de ensino bilíngue; variação sociolinguística; tipos de discurso; fundamentos técnico-pedagógicos da alfabetização; análise contrastiva Português/Karajá; o método Paulo Freire de Alfabetização; produção de material didático; jogos pedagógicos);
- Estudos Sociais:
  - . História Karajá (localização das aldeias antigas, etno-história, relações com outras etnias, história e formação das atuais aldeias);
  - . História Brasileira (época colonial, bandeirantes, missões, navegação no Araguaia, Império, SPI, FUNAI, República, Assembleia Constituinte)
  - . A região em que vivem os Karajá;
  - . O Parque Indígena do Araguaia (a Ilha do Bananal, regiões geográficas, ecologia do Centro-Oeste);
  - . Festas Nacionais, festas Karajá;
  - . O Sistema Solar;
  - . Subsistência;
- Matemática
  - . Identificação de estruturas matemáticas básicas presentes na cultura Karajá;
  - . Definição de currículo de matemática de 1ª a 4ª série culturalmente relevante para o grupo Karajá;
  - . Identificação de metodologia de ensino de matemática adequada à cultura Karajá;
  - . Revisão de conteúdos (aritmética, geometria);
  - . Produção de material didático (oficina prática para a elaboração de cartilhas manuais práticos);

7. 12/09 a 21/09/88 - II Encontro de Professores e monitores Bilíngues da ADR Araguaína

local: Tocantópolis

Programa:

- Metodologia de alfabetização através de textos;
- Matemática (identificação de estruturas matemáticas básicas presentes na cultura Krahô; identificação de metodologia de ensino de matemática adequada à cultura Krahô; definição de currículo de matemática de 1ª a 4ª série culturalmente relevante para o grupo Krahô);
- Como fazer material didático.

8. 08/12 a 18/12/98 - I Encontro de Monitores Bilingües de área Xerente

local: PIN Xerente

Programa:

- Aprendizado de cânticos rituais;
- Grafia da língua Xerente;
- Aprendizado de transcrição de fitas gravadas com cânticos e narrativas na língua Xerente;
- Língua Portuguesa;
- Metodologia de alfabetização;
- Produção de material didático (oficina);
- Matemática (identificação de estruturas matemáticas básicas presentes na cultura Xerente; conteúdos de matemática de 1ª a 4ª série).

9. 11/07 a 13/07/90 - I Encontro Estadual de Educação Indígena do Estado do Tocantins

local: Miracema do Tocantins

Programa:

- Elaboração de documento com propostas para a Lei de Diretrizes e Bases - LDB da Educação.

10. 15/05 a 17/05/90 - III Encontro de Educação Indígena na área Xerente

local: PIN Xerente

Programa:

- O que é Comunidade;
- Alfabetização - revisão dos conteúdos discutidos nos encontros anteriores;
- Alfabetização e aspectos psicossociais;

- Produção de material didático;
- Plano de aula interdisciplinar.

11. 18/06 a 22/06/90 - I Encontro de Educação Indígena para Docentes da área Xerente Javaé  
local: PIN Canoanã

Programa:

- Função da escola na sociedade Javaé;
- Educação Bilingue intercultural;
- Dificuldades de ordem linguística na aprendizagem;
- Produção de material didático;
- Plano de aula interdisciplinar;
- Português através de textos.

12. 15/08 a 18/08/90 - I Encontro de Professores da área Krahô  
local: Itacajá

Programa:

- Integração dos trabalhos de saúde, educação e atividades produtivas;
- Alfabetização e aspectos psicossociais;
- Produção de material didático;

13. 20/08 a 23/08/90 - I Encontro de Professores da área Apinajé  
local: PIN Mariazinha

Programa:

- Alfabetização e aspectos psicossociais;
- Produção de material didático;
- Aula prática de alfabetização através de textos;
- Dificuldades linguísticas na aprendizagem.

14. 07/10 a 13/10/90 - III Encontro de Professores índios e não índios da área Karajá  
local: São Félix do Araguaia

Programa:

- Alfabetização e aspectos psicossociais;
- Produção de material didático;
- Linguística karajá;
- Planejamento;
- Combate ao Alcoolismo.

15. 25/02 a 02/09/91 - IV Encontro de Professores índios e não índios da área Xerente

local: PIN Xerente

Programa:

- A escola para o índio;
- A sociedade Akwê;
- O compromisso do professor (conscientização para um trabalho contextualizado);
- A organização do trabalho educativo: planejamento e auto-avaliação;
- Relação afetiva entre professor e aluno;
- a metodologia de ensino e a questão do material didático.

16. 03/04 a 30/04/91 - V Encontro de Professores índios e não índios da área Xerente

local: PIN Xerente

Programa:

- Metodologia e produção de material;
- Língua portuguesa através de textos (ecologia, situação de outras comunidades indígenas, situação social e política da sociedade envolvente e resgate cultural).

17. 12/06 a 17/06/91 - III Encontro de Educação Indígena nas áreas Kraô e Apinajé

local: Aldeia Mariaxinha

Programa:

- Ensino bilíngüe intercultural;
- Alfabetização contextualizada x método tradicional de alfabetização;
- O ensino de matemática a partir da experiência da criança antes de iniciar o processo escolar (jogos e brincadeiras); sistemas de numeração.
- Análise contrastiva Apinajé/Português e Kraô/Português;
- Plantas medicinais.

18. 16/07 a 30/07/91 - IV Encontro de Educação Indígena na Área Karajá

local: São Félix do Araguaia

Programa:

- Ensino bilíngüe;
- Método tradicional de alfabetização x Alfabetização contextualizada, como trabalhar com textos, a experiência da criança antes de chegar a escola.



- Matemática: formação do conceito de número na criança, contagem e sistemas de numeração (sistema de numeração Karajá e outros sistemas); operações (jogos livres e estruturados).
- Língua Portuguesa através de textos;
- Análise contrastiva Português/Karajá.

Há que se atentar para o fato de que, desde o primeiro curso, realizado em agosto/1987, tem-se realçado a importância do papel do professor índio no processo educacional, haja vista a necessidade de se promover um melhor entrosamento entre alunos e professores e uma melhor participação da comunidade nesse processo.

Dado o reduzido número de técnicos para um trabalho de maior abrangência, com grupos etnicamente diferenciados, buscamos auxílio junto a outros órgãos, como a Secretaria de Educação de Goiás, Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal Fluminense.

Em setembro/88 a Secretaria de Educação do Estado de Goiás financiou o início do "Projeto preliminar de Educação Indígena para o Estado de Goiás", coordenado pelo Superintendente de Assuntos Indígenas, Idjarruri Karajá, e elaborado pela professora Sílvia Lúcia Bigonjal Braggio, da UFG. Da primeira atividade desse projeto (levantamento sociolinguístico junto aos grupos indígenas do antigo Estado de Goiás), participaram técnicos da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, Museu Antropológico da UFG e FUNAI.

Esse trabalho entretanto teve curta duração pois, com a criação do Estado do Tocantins, a Superintendência de Assuntos Indígenas foi desativada e o projeto se esvaziou.

Desde então, foram feitas várias tentativas de convênio com a Secretaria de Educação do Tocantins, dentre as quais ressaltamos a de agosto/87 junto ao então Secretário Leomar Quintanilha, com o objetivo de reforçar o programa de capacitação de recursos humanos e regularizar a situação dos professores índios que desde 1987 trabalham sem contrato; e, por último, em 30/04/91, com o secretário Ruy Rodrigues da Silva para igualmente buscar uma alternativa com relação a situação funcional dos professores índios não contratados.

O Sr. Secretário fez ressalvas quanto à contratação pela Secretaria desses docentes, tendo em vista a necessidade de convocação de concurso público e o fato de que os mesmos ficariam ligados a normas, procedimentos e metodologias da SEC, não aparelhada para a especificidade da educação indígena.

A alternativa oferecida foi de se firmar um convênio para remuneração dessas professoras. Nesse aspecto o Sr. Secretário exigiu uma configuração triangular dos convenientes, ou seja, FUNAI, SEC-TO e um Centro de Estudos e pesquisas com caução científica da proposta, sugerindo para isso a Universidade Federal de Goiás.

Iniciaram-se daí as negociações com a UFG que culminaram, em agosto/91, na assinatura do convênio entre a SEC-TO, FUNAI E UFG, fato aliás, para o qual não se pode deixar de atribuir a esta Fundação contribuição de seminal importância.

Com a proposta de trabalho conjunto com a Universidade vislumbramos a oportunidade de dinamizar nosso programa educacional - uma vez que o quadro de técnicos e especialistas seria ampliado - e de poder contar com assessoria lingüística para embasar cientificamente o programa de ensino bilíngüe.

Convém lembrar que dos 37 professores indígenas participantes do Curso de Formação iniciado em agosto/91, já como atividade revista pelo convênio tripartite, 29 vinham frequentando os cursos anteriormente promovidos pela FUNAI.

Além disso, os princípios educacionais que regem o trabalho que estão sendo desenvolvidos a partir da assinatura do convênio são os mesmos que orientaram os trabalhos da equipe da FUNAI no período anterior.

A participação da FUNAI tem sido ativa não só na promoção e custeio do deslocamento dos professores índios, de suas aldeias ao local do curso, como também através da atuação das programadoras educacionais de Goiânia e Gurupi em todas as 4 etapas do Curso de Formação já realizadas. Os conteúdos de Estudos sociais, junto a todos os grupos indígenas participantes, têm sido trabalhados exclusivamente pela profª Susana Grillo Guimarães, da ADR. de Gurupi. Maria do Socorro Silva do Vale e Neusa Haruê Yamanaka, da ADR. de Goiânia, têm dividido com os docentes da UFG as aulas de alfabetização e Língua Portuguesa.

Por outro lado, a expectativa de se sistematizar o estudo das línguas indígenas - agora que a equipe conta com 3 linguistas - ainda não foi atendida em nenhuma das etapas vencidas, ao contrário do que se tem divulgado.

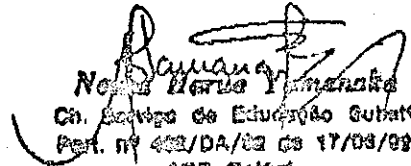
Outro aspecto problemático é que, a partir da vigência do convênio, deixou-se de assistir aos outros 46 docentes - dos quais 11 são índios - que continuam atuando nas mesmas escolas onde os 37 contemplados pelo Curso de Formação trabalham.

Antes a FUNAI se ocupava da reciclagem de toda essa clientela, com frequência mínima de um encontro anual, o que se tornou inviável com a drástica redução de nossos recursos.

Não negamos a importância e mesmo a necessidade de envolvimento de outras instituições - sobretudo as Universidades - para garantir um ensino de qualidade aos índios. No entanto, não concordamos com a anulação e a omissão dos trabalhos dos técnicos dessa Fundação, quando é do conhecimento de todos os membros da equipe que a atuação da FUNAI tem sido tão marcante quanto a das outras entidades convenientes.

Para concluir, frisamos que uma grande parcela do sucesso do programa - embora nos pareça ainda precoce afirmar que o programa foi bem sucedido, uma vez que até o momento não foi realizada sequer uma visita de avaliação e acompanhamento do desempenho dos 37 professores indígenas em formação nas escolas das aldeias para se ter as reais proporções do aproveitamento do Curso - deve-se aos trabalhos realizados por esses técnicos no período em que a FUNAI não contava com apoio de nenhuma das duas entidades para promover a escolarização dos índios do Tocantins.

Goiânia, 15 de fevereiro de 1993.

  
Nelson Weruê Yamamoto  
Ch. Serviço de Educação Subalt  
Per. nº 402/DA/92 de 17/03/92  
ATA Goiânia



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

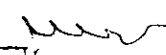
Ofício Nº 002/CIRC/DED/93

Brasília, 20 de julho de 1993.

Prezado (a) colega do Comitê de Educação Indígena,

Por solicitação da equipe de Educação Escolar Indígena da FUNAI, que atua nos Estados de Goiás e Tocantins, encaminho' para seu conhecimento alguns documentos sobre o que tem sido feito naqueles Estados referente a Educação Indígena.

Atenciosamente,

  
Jayme de Mattos  
Chefe do Departamento de Educação

À Senhora

MARINA KAHAN

Rua OSCAR FREIRE, 1753 - 112 A

0549011 - SÃO PAULO/SP